

história e teoria: sobre proto-industrialização

João Antônio de Paula

Pesquisador do CEDEPLAR/FACE/UFMG.

RESUMO

Este artigo pretende discutir o lugar da teoria no discurso historiográfico. Se a historiografia, como sabemos, não se faz sem documentos, e, mais decisivamente, pela busca da interdição do anacronismo, menos consensual é o reconhecimento do papel da teoria no fazer historiográfico. O texto procura abordar o tema a partir da consideração de diversos debates que têm marcado o campo historiográfico no referente às relações entre *teoria* e *história*. Em particular, buscou-se discutir a questão a partir da recepção da teoria marxiana da industrialização pela chamada "escola da proto-industrialização".

Palavras-chave: historiografia, história econômica, proto-industrialização, industrialização, teoria econômica.

ABSTRACT

This paper investigates the role of theory in the historiographic discourse. While there is a general agreement that historiography should be based on documents and that it should prohibit anachronisms, there is little consensus about the role of theory in the production of historiography. This paper approaches the subject taking into account different points of view on the relations between *theory* and *history*, and focusing particularly on the reception of Marx's theory of industrialization by the so-called "Proto-Industrialization School".

Key words: historiography, economic history, proto-industrialization, industrialization, economic theory.

"Não podemos entender e avaliar fatos a menos que nos relacionemos com categorias e valores gerais, porém não poderíamos começar a selecionar (ou descobrir) fatos se não tivéssemos em mente alguma categoria ou algum valor geral a que queremos referir os fatos."

Arnaldo Momigliano

É frequente a alusão à existência de uma certa divisão no interior do campo da historiografia. Grosso modo esta divisão reuniria, de um lado, os historiadores de arquivo, e de outro lado, os historiadores de biblioteca. Há, é claro, os que, como Carlo Guinsburg, transitam com desenvoltura entre os dois universos do fazer historiográfico. Está implícita nesta distinção, nestas escolhas uma questão metodológica importante que é quanto ao lugar da teoria na historiografia. Carlo Guinsburg em entrevista recente, perguntado sobre a impor-

tância da teoria em sua obra sugere o decisivo que ela significa sobretudo ao estabelecer as "perguntas" sobre as quais vai se desenvolver a pesquisa histórica.

Essa questão está longe de ser pacífica e trai, não raro, preconceitos e tentativas de desqualificações que nada têm de "científicas". No caso da História Econômica estas questões são particularmente salientes, tanto mais que o esforço do historiador da economia não pode se afastar das teorias econômicas.

O texto que se vai ler é uma tentativa de discutir as relações entre teoria e história a partir de uma questão historiográfica: a emergência da historiografia da "proto-industrialização" como crítica à teoria da industrialização tal como apresentada por Marx e alguns historiadores marxistas.

Foi Sombart quem insistiu, fortemente, em apontar o inescapável da teoria nos estudos históricos. Referindo-se a isto disse Witold Kula — "Sombart formula em um importante artigo a tese tão verdadeira segundo a qual cada historiador se serve em seu trabalho de alguma teoria social" (...) "sem teoria não há história" (...) (Kula, 1974, p. 87)

Se no tempo de Sombart — ele escreveu isto, em 1929 — havia quem o contestasse, hoje há um amplo consenso sobre a justeza de sua tese. Veja-se, sobre isto, novamente, Kula - "Ashton afirma que a seleção e a reunião dos fatos, momentos de "maior importância" no trabalho do historiador, devem efetuar-se com a ajuda dos instrumentos facilitados pela teoria econômica". (Kula, 1974, p. 87)

Fatos e teorias, materiais indispensáveis ao historiador da economia, não são, entretanto, imediata e facilmente miscíveis. Ao contrário exigem articulação complexa, procedimentos rigorosos tanto na exata compreensão da teoria quanto no adequado tratamento dos dados. Viu assim a questão Frédéric Mauro — "A conceituação sozinha é, muitas vezes, gratuita e, cientificamente, superficial. A quantificação isolada é inútil. Aí está toda a dificuldade de ser ao mesmo tempo historiador e historiador economista". (Mauro, 1972, p. 310)

Mas, este amplo acordo, se representa significativo avanço heurístico, não impede desencontros e equívocos decorrentes, tanto do mau uso dos dados, quanto — mais difícil de discernir e ajuizar — de divergências na compreensão e utilização das teorias. Isto é particularmente complexo quando se trata de estudos que têm por objeto categorias e "problemas" derivados do marxismo.

É o que se vê na controvérsia que envolve figuras importantes do

pensamento econômico-social do século XX como Antonio Gramsci, Rosário Romeo, Alexander Gerschenkron e Emílio Sereni. Trata-se de um debate, que, sem a audiência daquele mais que famoso — que reuniu Dobb, Sweezy e outros — é igualmente significativo da centralidade das categorias de inspiração marxista na historiografia econômica contemporânea.

O ponto de partida do debate é a resposta alternativa que Rosario Romeo dá à tese de Gramsci sobre o significado da "revolução passiva", que teria caracterizado o *Risorgimento* italiano. Publicados em 1956 e 1958, na revista *Nord e Sud*, os artigos de Romeo serão objeto de comentários críticos a partir de perspectivas diferentes por parte de Alexander Gerschenkron, em 1960, e de Emílio Sereni em 1958, 1959 e 1960. Se Gerschenkron critica Romeo sem romper metodológica e teoricamente com ele, Sereni se propõe a afirmar a correção da tese básica de Gramsci criticando, neste sentido, tanto a crítica de Romeo, quanto a crítica a esta feita por Gerschenkron.

Entre os muitos méritos da obra de Gramsci, um é especialmente relevante: ao romper com os esquematismos típicos da Terceira Internacional stalinizada, Gramsci buscou considerar as especificidades nacionais dos processos de desenvolvimento econômico-social. No essencial, isto significou superar a tradição procustiana praticada por certo marxismo que tudo queria enquadrar num "modelo" histórico, evolucionista, mecanicista, feito de etapas rígidas e caminhos exclusivos. Assim a história, as histórias nacionais-regionais perderiam suas singularidades na medida em que eram consideradas a partir de suas maiores ou menores proximidades de um "modelo" tomado como caminho necessário do desenvolvimento histórico.

Este abuso, incompressivo e obliterante, da "teoria" lançou desconfiança, e mesmo preconceito, quanto às possibilidades do marxismo em alimentar projetos de pesquisas consistentes e relevantes em história. Gramsci faz, como Lênin já tinha demonstrado antes com *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de 1899, a reafirmação das possibilidades cognitivas do marxismo no campo da pesquisa histórico-social. Em 1926, com *A Questão Meridional*, e no Caderno 19, dos *Cadernos do Cárcere*, escrito em 1934 e 1935, sobre o *Risorgimento* italiano, Gramsci dá mostras do quanto o marxismo, corretamente apreendido — isto é, como teoria e prática abertas — pode iluminar aspectos essenciais da realidade histórico-social. No caso tratava-se da construção do conceito de revolução passiva como característica da unificação italiana — isto é, da construção da nação e da

modernização italianas, que teriam se dado sem uma generalização de direitos sociais, sem uma efetiva reforma agrária de que resultariam tanto a presença de déficits democráticos, quanto a precariedade do mercado interno.

Gerschenkron resumiu a questão deste modo - "Aqui a *andata al potere* se consumou, sem que, previamente - ou pelo menos ao mesmo tempo — se tenha produzido uma *andata al popolo*", que, segundo Gramsci, teria significado "ideologicamente, um programa democrático", e "economicamente, uma reforma agrária". (Gerschenkron, 1968, p. 98)

Dáí o caráter relativamente débil do desenvolvimento do capitalismo na Itália, quando comparado, por exemplo, com o dos Estados Unidos, que, à sua maneira, vão realizar uma efetiva distribuição da terra a partir do *Homestead Act*, de 1862, base de um amplo mercado interno, que vai se constituir ali, e que constitui o marco zero de qualquer processo democrático e consistente de desenvolvimento econômico.

Rosário Romeo vai criticar Gramsci a partir de perspectiva, que parece mais próxima da letra marxiana. Para Romeo, ao contrário do que pensava Gramsci, a ausência de reforma agrária, no contexto do *Risorgimento* italiano, teria sido decisiva para a efetivação da "acumulação primitiva de capital" na Itália e, portanto, da constituição das bases para o desenvolvimento capitalista. Diz Gerschenkron:

"A tese de Romeo pode ser exposta com rapidez: segundo ele, do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo italiano, o tão lamentado fato de que o *Risorgimento* não tivesse implícito, ou conduzisse à uma revolução agrária com a conseqüente expropriação dos proprietários de terra em favor dos camponeses, deve ser considerado como fato positivo" (...) "Sua tese afirma que a estrutura agrária da Itália unificada tendeu a acelerar em lugar de atrasar o desenvolvimento industrial" (Gerschenkron, 1968, p. 102)

Essa tese, apoiada em considerável base empírica, explícita o problemático tanto de certo uso de estatísticas quanto mais decisivo, de certa apropriação conceitual. Será Gerschenkron quem, reconhecendo os méritos e seriedade da pesquisa de Romeo, surpreenderá sua inconsistência empírica básica. Romeo encontra uma taxa de investimento da ordem 7,9 a 9,8% como conseqüência da transferência, via tributação, dos recursos da agricultura italiana. De novo

Gerschenkron — "Se respeitamos nossa decisão anterior, absten-
dos de pôr em dúvida os dados do estudo, chegamos à conclusão de
que o que Romeo chama acumulação primitiva teve, em realidade,
menos importância quantitativa que ele pensava". (Gerschenkron,
1968, p. 118)

Mas, ainda mais problemático é o conceito de acumulação pri-
mitiva de Romeo. Veja-se:

"Como é natural Romeo é livre para chamar "acumulação
primitiva" ao processo pelo qual por meio de taxas impositivas se
retiram porções da renda corrente dos proprietários de terra, para
investi-las seguidas vezes ou correntemente na criação ou melhora
da infra-estrutura do país" (Gerschenkron, 1968, p. 121)

Gerschenkron, que, tolerante, admitiu que Romeo chamasse tal
processo de "acumulação primitiva", em seguida, vai dizer:

"Ao chamar de acumulação primitiva de capital ao processo
descrito, Romeo tende a desconsiderar o fato de que este, o pro-
cesso descrito, constitui um *substituto* da acumulação primitiva"
(Gerschenkron, 1968, p. 122)

Se até aqui se acompanhou Gerschenkron, esta última afirmativa
estabelece uma divisão. Tem razão Gerschenkron quando mostra
que há mais de um caminho, além do "clássico inglês", de acumula-
ção primitiva. Contudo, já não dá para acompanhá-lo quando, va-
lendo-se de sua teoria sobre a centralidade do papel dos bancos e
do Estado nos processos de industrializações retardatárias, imagina
a existência de "substitutos", de "equivalentes funcionais", como diria
alguém, alternativos de algum modo ao processo de acumulação
primitiva.

Para ele, "Marx partiu do suposto de que este sistema não pode
começar a funcionar se não for precedido por uma acumulação de
riqueza, e pela formação de um grupo de pessoas que ao carecer de
outras alternativas, "*dessem*" (sic) converterem-se em trabalhadores
assalariados das empresas capitalistas. É óbvio que a riqueza pode
formar-se, e historicamente foi assim, a partir de fontes muito
diversas". (Gerschenkron, 1968, p. 104)

Ora, é certo que existem outras fontes de riqueza, além da gerada
pela acumulação primitiva. Contudo, qualquer riqueza só pode se

transformar em riqueza capitalista no contexto da transformação da riqueza em capital — processo este que implica tanto a transformação da natureza, da força de trabalho em mercadorias, quanto a constituição de instituições político-jurídicas garantidoras, normatizadoras, da propriedade privada e dos contratos.

Gerschenkron trouxe uma significativa contribuição para a História Econômica. Sua tese sobre a importância decisiva do Estado e dos bancos em algumas experiências históricas de industrialização explica muito das experiências exitosas no campo industrial do Japão e da Alemanha, por exemplo. Contudo, ao contrário do que ele pensa, em todos estes casos, não se substituiu nem se prescindiu da acumulação primitiva, mas esta assumiu características específicas em cada caso concreto em que se manifestou. Neste sentido, insista-se no ponto de que a acumulação capitalista pressupõe a existência de um conjunto de elementos — capital dinheiro disponível para investimento; meios de produção separados dos produtores diretos e transformados em capital constante; força de trabalho em condições de ser empregada como capital variável; além do arcabouço institucional que dá suporte às relações mercantis capitalistas — que serão constituídos, histórica e concretamente, a partir de circunstâncias específicas, sem que devam atender a qualquer "modelo" — caminho único — o que, decisivamente, não altera o fato de que estas variadas formas de constituição das condições de existência da acumulação, são, em suas singularidades e contingências, formas de existência da acumulação primitiva do capital.

Gerschenkron parece acreditar, que as industrializações retardatárias por ele analisadas, que ele entende, com razão, terem sido, centralmente, determinadas pelo concurso do binômio bancos-Estado, prescindiram-substituíram a acumulação primitiva. É isto o que ele diz, ao criticar Romeo, na medida em que este não teria percebido, que a sua explicação para o desenvolvimento econômico italiano, baseado na manutenção do latifúndio e na transferência, via impostos, de parte da renda dos grandes proprietários para o investimento industrial, era um substitutivo da acumulação primitiva. (Gerschenkron, 1968, p. 122)

Para Gerschenkron, "um grande surto industrial requer um grande esforço que o Estado ou algumas instituições financeiras devem estar dispostas a realizar". (Gerschenkron, 1968, p. 122). Não será impertinente, é claro, perguntar, neste caso, como teriam sido gerados estes recursos que os bancos e as instituições financeiras alocarão para o in-

vestimento industrial. A resposta a isto, necessariamente, implicará em recolocar a questão da acumulação primitiva.

Frontalmente contrário à tese de Romeo, Emílio Sereni dirá:

"Mostrou-se com freqüência as relações sociais e as condições históricas que impediram, então, às classes dirigentes do Estado unitário, encaminharem-se pela via da reforma agrária, a única que poderia ter oferecido uma solução radical ao problema da efetiva modernização da nossa sociedade nacional, assim como a de sua mais equilibrada unidade e seu vigoroso lançamento industrial". (Serem, 1980, p. 128)

Neste ponto vale a pena retomar os termos do debate. Gramsci havia escrito que o caráter "passivo" da revolução burguesa na Itália significou a permanência de relações, sobretudo no campo, que obstaculizaram a formação de um mercado interno amplo e consistente, decorrendo daí certa debilidade do desenvolvimento do capitalismo na Itália. Contra isto pronunciou-se Rosario Romeo, que buscou mostrar o papel decisivo da manutenção do latifúndio na constituição da modalidade italiana de acumulação primitiva de capital. Gerschenkron, discute duas destas três posições e, apesar de manifestar certo apoio à tese de Romeo, acaba por se afastar dela ao ver no processo descrito por ele, não uma modalidade de acumulação primitiva, mas um substitutivo dela. Finalmente, Emilio Sereni, vai buscar retomar e reafirmar a tese de Gramsci criticando, neste sentido, tanto Romeo quanto Gerschenkron.

O debate travou-se a partir de dois núcleos de argumentos. Num primeiro, o argumento central decorreu da avaliação de dados estatísticos e metodologias utilizadas tanto pelo Instituto Central de Estatística da Itália, quanto por Gerschenkron, e que usados por Rosario Romeo forneceram-lhe a base quantitativa para sua contestação da tese de Gramsci. Como viu Sereni:

"Romeo ... sobre a base de uma utilização acrítica das elaborações do Instituto de Estatística, e de outras, como as de Gerschenkron, realizadas com métodos substancialmente análogos, acreditou poder refutar as teses Gramscianas sobre o desenvolvimento da acumulação capitalista e do mercado nacional na Itália..." (Sereni, 1980, p. 222)

Mas, não é este o ponto a se destacar aqui, senão o de que toda a discussão sobre a consistência-pertinência dos dados só faz sentido quando se enquadra o problema em seu contexto mais amplo: aquele que reconhece a centralidade dos conceitos de "revolução passiva", de "acumulação primitiva", como os eixos em torno dos quais vai girar toda a pesquisa e argumentação dos autores aqui considerados.

Afirmados por uns, negados por outros, são os conceitos em tela que vão incitar a pesquisa, mobilizando, para a sua elucidação, métodos e procedimentos diversos, incluindo, com ênfase, os dados e procedimentos quantitativos, que, importantes - e mesmo indispensáveis em certos casos — só realizam seus reais significados heurísticos quando a serviço de uma teoria, que, sendo da ordem do conceito, buscam a universalidade, em que ressoa, de novo, o lema de Sombart — "sem teoria não há história".

História e teoria

A História de todos os campos do conhecimento tem um desafio tão antigo e insuperável quanto sua própria constituição. Nascida como relato, narrativa, do que se viu ou ouviu dizer, como está em Heródoto, a História será marcada por uma outra matriz fundante, igualmente poderosa, que, de Santo Agostinho a Bossuet, insistirá em vê-la como manifestação dos sucessos do plano providencial em seus insondáveis desígnios. Se, de um lado, a História apresenta-se como legítima porque relato do efetivamente testemunhado, de outro lado ela se afirma digna como modo necessário de presentificação da vontade do sagrado. Estas duas maneiras de conceber e praticar o ofício da História foram retomadas — estilizadas — modificadas em diversos momentos e contextos, assumindo, às vezes, a marca do positivismo, como em Ranke, que pretendeu escrever a História como relato dos fatos tais como eles ocorreram; e, em outro registro, como "Filosofia da História", assumindo-se como "fenomenologia do espírito", em sua astuciosa presença no mundo, como está em Hegel.

Tanto a perspectiva positiva ou positivista da História, quanto sua contra-face teleológica tiveram seus momentos de auge no século XIX, que foi chamado de "século da História". No início do século XX ainda era forte a tradição da Filosofia da História, como o denotam as obras de Spengler e de Toynbee. Contudo, é deste mesmo período o surgimento de perspectivas que vão buscar superar os

impasses do fazer historiográfico pela emergência de um critério, que tomado como autenticador do legítimo método histórico, delimitará o campo do historiador. Este critério sintetizado na reivindicação da interdição do anacronismo, como está no livro de Lucien Febvre sobre Rabelais, e em sua crítica implacável às obras de Spengler e Toynbee, em artigo contido no livro *Combates pela História*, será o divisor de águas entre a História "feita por historiadores", disciplina com pretensões científicas, e a História objeto da reflexão filosófica, ou nos piores casos, a história como combinações variadas de teleologias e anacronismos.

Uma exemplar manifestação deste esforço de definir o específico de uma história autêntica encontra-se em Huizinga, o grande historiador holandês. Diz ele: *"La Historia se distingue de estas otras formas del espíritu en que se proyecta sobre el pasado y solamente sobre el pasado. Pretende comprender el mundo en el pasado y através de él"*. (Huizinga, 1980, p. 92)

Trata-se, portanto, de dizer que o que é específico da História é que seu discurso só é legítimo quando, debruçado sobre um período, um objeto qualquer, só permite compreendê-lo a partir dos elementos que este mesmo período ou objeto fornecem. Daí que se imponham como regras decisivas da História a recusa de todo anacronismo e a necessidade imperiosa do documento, em suas diversas formas e suportes.

Esta lição, que nos veio da Escola dos Annales, de Huizinga, e que é decisiva para o desenvolvimento da historiografia no século XX, foi problematizada pelo filósofo e historiador italiano Benedetto Croce, quando este disse que "toda história é história contemporânea". Posta assim a questão, cabe então reconhecer o lastro de irremovível tensão que tem marcado a História da História — a exigência científica, que não pode ser evitada, se se quer ser verdadeiramente racional, de reconhecer o dado intersubjetivo, ideológico, os interesses que se põem sempre quando se trata de pensar a realidade, sobretudo, a social. Daí que a pretensão de absoluta ausência de anacronismo ponha-se, sobretudo, como horizonte de possibilidade como meta a ser perseguida, ainda que praticamente inalcançável. Isto porque não podemos evitar sermos o que somos, sujeitos marcados pelo que vivemos, pelas experiências e sensibilidades que se aninham em nós e se projetam para além da nossa vontade consciente, conferindo a tudo que vemos, tocamos, pensamos uma parte de nós mesmos, nossos desejos e idiosincrasias. É como aporia que se coloca a

missão do historiador — buscar isolar do que vê toda a carga do incancelável pré-conceito.

Para minimizar esta indesejada intromissão no que deveria ser um espaço livre de "valores" herdados, como também postulou a sociologia weberiana, os historiadores contemporâneos absolutizaram a autoridade do documento no sentido de sua imposição como único registro legítimo a ser considerado no trabalho do historiador. Se é verdade que não há história sem documento, a denúncia do uso da teoria como presença indesejada traz uma problemática concepção de conhecimento, o qual, por esta tese, poderia ser alcançado pela simples acumulação de dados e evidências, de tal modo que quanto mais documentos sobre um período mais próximo estar-se-ia de conhecê-lo inteiramente.

Ora, esta tese, que se aproxima, perigosamente, daquele esforço dos cartógrafos chineses de que falou Borges, tem uma imediata contestação. Se se tomar o nosso tempo, tempo de documentação amplíssima, de recursos expansivos no campo das comunicações e informação, quem hoje, sem receios, poderá dizer que compreende o que se passa pela simples exposição à algaravia de informações? Quem, lendo apenas os inumeráveis jornais e outros meios de informação, poderá formar juízo sobre os processos em curso, sem recorrer à uma posição ético-política? Quem, exposto às diversas perspectivas decorrentes e determinantes de um acontecimento, poderá se posicionar prescindindo de uma visão global sobre o mundo, de uma teoria, uma escolha, uma aposta? Neste mundo de informações e documentos pletóricos, é indescartável a presença da teoria como modo necessário de aprender o essencial em meio ao inumerável de registros e falas. Acreditar que o documento seja a única voz válida no fazer historiográfico é acreditar que eles sejam a "verdade", parcial ou total, e que, independente de má-fé ou de ilusão inconsciente, o documento constitui a própria manifestação do real tomado como cristal homogêneo. O real, sabe-se, não se põe nunca no mundo como idêntico à sua aparência, daí a necessidade da ciência. Marx disse certa vez que, se a aparência e a essência da realidade fossem idênticas, a ciência seria desnecessária. Acreditar que o documento, submetido à crítica autenticadora, possa revelar imediatamente o mundo, não passa, na verdade, de uma modalidade de fetichismo.

Trata-se, essencialmente, de reconhecer que, se não é possível a historiografia sem documento, também equívoca seria a tentativa de ver o documento como única voz do fazer historiográfico. Isto porque

o documento só revela a sua "verdade" quando posto no contexto de um conjunto de mediações, que não podem recuar diante da decisiva constatação de que o caminho para o conhecimento passa pelo *conceito*, que buscando a universalidade, é capaz de identificar o particular, o documento, como partes de um todo, mediante um complexo processo de interações, que está longe de considerar os acontecimentos como partículas idênticas a si mesmas, de um todo tomado como somatório de fatos equipotentes e indiferenciados.

Diante do conflito, da tensão, da disputa, não é possível a solução pelo recurso às médias ou induções. A compreensão de um processo histórico qualquer tem que se basear, é certo, no maior e mais criterioso acervo documental possível, contudo não é a massa de dados que garante a compreensão do real, mas o sistema de mediações de que se lança mão, a articulação dos diversos elementos do real, apreendidos pelo conceito e expostos de modo a apresentá-lo como totalidade complexa imersa em contradições, em movimento permanente. Na prática, isto significa dizer que o trabalho do historiador é sempre, saiba ele ou não, aceite isto ou não, balizado por alguma "perspectiva teórica" anterior aos dados que compulsa, e que é isso o que lhe permite organizar um discurso racional sobre o mundo.

Contra essa tese predomina hoje certa tendência a considerar que a existência de uma base de dados confiável é o único elemento a ser considerado na construção do discurso do historiador. Isto tanto no sentido de que é recurso indispensável, quanto no sentido de que é elemento exclusivo e excludente, sobretudo do indesejável da teoria, da filosofia, da ideologia. Assim, a posse de uma fonte documental idônea, ainda que parcial (todas o são), funciona como o equivalente de um domínio territorial — o corpo documental, transformado em espaço da verdade, da única verdade histórica possível. Ele se transforma assim em algo que transcende a sua suposta circunscrição ao mundo do palpável, das intangíveis peças autênticas e autenticadoras, interditando qualquer outro acesso à compreensão do processo histórico. Negando a centralidade da teoria, esta concepção historiográfica, que se reclama científica, porque baseada em documentos confiáveis, acaba por ser uma versão atualizada da velha concepção positivista, que continua a fazer dos fatos fragmentos do real transformados em registros documentais, peças cegas às vozes reveladoras do sentido da história, que só podem manifestar-se pela invocação do sacerdote-historiador inteiramente descontaminado de todas as impurezas, do indesejável das teorias que põem no real o desejo

e os interesses do observador. Assim, seria possível ir às fontes documentais, com o coração puro e desarmado, e nesta condição de insensação, e só nesta, seria possível ouvir-se a cristalina verdade dos fatos contida nos documentos.

Se amanhã, sobre o mesmo fato histórico, descobrir-se outra fonte documental, que, a partir dos mesmos escrupulosos procedimentos, revele uma verdade diferente da obtida na primeira operação, que se a substitua por essa outra, até que nova descoberta a desminta. Neste passo, pode ser que alguém reconheça, no que se disse, Popper e sua metodologia, e não será equívoca a ilação. Contudo, insista-se numa diferença essencial. O falsificacionismo popperiano pressupõe a existência de um consenso básico. Todos os membros da comunidade científica têm que estar de acordo quanto a natureza do problema a ser investigado — isto é, quanto à sua própria identidade como problema.

No campo dos estudos históricos tudo está em questão, até mesmo a real natureza do que se quer investigar. Veja-se o exemplo. Se, para certa corrente, a não-industrialização de Minas Gerais no século XVIII decorreu das implicações inibidoras do Alvará de 1785, outra corrente, liderada por Lemos Brito em seu livro *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*, de 1923, demonstrou o inócuo da proibição que, na prática, não teria sustado qualquer surto, industrializante existente em Minas Gerais naquele período. (Iglésias, 1967).

Neste exemplo manifesta-se o procedimento que procura se impor como padrão de cientificidade em História. A pesquisa de fontes documentais, como a feita por Lemos Brito, desmontando a concepção que atribuía peso interditante ao Alvará. Contudo, os dois procedimentos têm em comum uma mesma problemática, um mesmo universo de análise: a busca de uma explicação para o fracasso de uma industrialização em Minas Gerais no período colonial.

Ora, os próprios termos do problema discutido aqui não são inequívocos. A suposição da existência de condições para a industrialização em Minas Gerais, naquele período, precisa ser qualificada tanto no sentido de que não existem condições abstratas de industrialização, independentes dos contextos histórico-regionais, como também no sentido de que a industrialização é um conceito e não uma palavra que remete, unicamente, à idéia de existência de fábricas. Dito de outro modo, a existência de fábricas numa certa região não assegura, à realidade assim configurada, a condição de industrializada. A industrialização é um processo qualitativo e quantitativo, implica

numa certa configuração global das relações econômicas no conjunto das relações sócio-histórico-culturais. A própria pergunta — sobre as condições da industrialização — para fazer sentido, precisa estar referenciada a um certo quadro teórico-conceitual.

O que se discute aqui remete a duas questões com implicações metodológicas. Num primeiro registro apresenta-se a dimensão especificamente historiográfica a respeito do eventual anacronismo da postulação de uma industrialização em Minas Gerais, no século XVIII que, caso ocorresse, teria antecedido a Revolução Industrial Britânica. Mas, não é este o sentido mais decisivo do argumento que está sendo desenvolvido aqui. Trata-se, fundamentalmente, de afirmar que não é possível um programa racional de pesquisa em História sem a prévia adoção de uma *teoria*, de uma concepção a partir da qual as perguntas serão feitas, os dados investigados, as fontes compulsadas. Investigar a existência de condições para a industrialização em Minas Gerais no século XVIII pressupõe a adoção de algum conceito de industrialização, mesmo que este se resuma à implícita equação de que presença de fábricas é igual a industrialização.

Em muitos casos, a sem-cerimônia com que certa tradição historiográfica se assume anti-teórica constitui apenas o preço que se paga por consciência ingênua, que vê nas palavras signos absolutos de conteúdos universais, imediatamente postos e apreensíveis. Ora, desde Freud, e antes dele com Marx, sabe-se da opacidade da linguagem, da permanente presença, em seus enunciados, de motivações e desejos conscientes ou não, irreduzíveis à lógica da identidade: a aparência não é igual à sua essência, o real não é igual à sua representação.

Conclua-se. Toda pesquisa em história pressupõe alguma teoria, alguma concepção global capaz de dar inteligibilidade aos fatos investigados. Ignorar este fato, ou negá-lo, não muda a questão, senão que impede que o próprio historiador, reconhecendo os limites de seu ofício, possa realizá-lo melhor, sem ilusões ou arrogância.

Josep Fontana e a proto-industrialização

Josep Fontana é um conhecido e combativo historiador catalão, responsável por trabalhos importantes no campo da historiografia como se vê em *História: análise do passado e projeto social* de 1982, publicado no Brasil em 1998. Neste livro, erudito e importante, Fontana enfrenta não pequena tarefa: trata-se de um balanço da Teoria da História ocidental, desde suas origens gregas, em que é explícita

a tese de que cada etapa histórica é marcada pela articulação de uma certa "economia política" - isto é, de uma certa "racionalização da ordem estabelecida", de uma certa "visão histórica adequada", com vistas a construção de um projeto social, ou seja, de que "história", "economia política" e "projeto social" encontram-se indissolúvelmente unidos, e que nenhum é plenamente compreensível separado dos outros". (Fontana, 1998, p. 10)

Firmemente inspirado no marxismo, Fontana é implacável em sua crítica, da qual não escapam nem gigantes como Braudel, nem o marxismo vulgar, nem mesmo Marx em certa fase de sua obra:

"Esse modelo foi também o ponto de partida de Marx, que aceitou inicialmente o esquema único e linear de progresso, do qual só se libertou nos últimos anos de sua vida, com a triste consequência de que seus seguidores preferiram conservar as formulações esquemáticas do primeiro Marx — as receitas fáceis que davam as chaves para interpretar o mundo sem a necessidade de investigá-lo — e foram incapazes de corrigi-las e enriquecê-las com as retificações dos seus anos de maturidade". (Fontana, 1998, p. 258)

A obra de Fontana é uma vigorosa defesa da História como projeto social, aberto, indeterminado, para além da idéia de progresso, de linearidade, ao mesmo tempo que postula a necessidade de uma forma de "aproximação do estudo do acontecimento — a relação entre fato concreto e o contexto teórico em que o situamos: - e, finalmente, a uma reproposição das explicações habituais dos atos humanos, que pecaram por uma sobrevalorização da sua racionalidade". (Fontana, 1998, p. 272)

Posto nestes termos o projeto de Fontana, sua teoria da História, tem o sentido de uma poderosa renovação: uma perspectiva que se recusa às elaborações teóricas abstratas, que insiste na necessidade da investigação, como se vê na crítica que ele faz à Braudel:

"Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII, publicado em 1979, não é propriamente uma obra de investigação, mas sim algo como uma soma de leituras sobre a qual se constrói um edifício de elucubração teórica" (Fontana, 1998, p. 209) - mas que não perde de vista a indescartável presença da *teoria* em toda e qualquer perspectiva historiográfica e, mais ainda, não quer abrir

mão de que — "tem-se que começar a construir, ao mesmo tempo, a nova história e o novo projeto social, assentados numa compreensão crítica da realidade presente". (Fontana, 1998, p. 11)

No centro deste projeto crítico, como motivação empírica, está a busca de "explorar alternativas descartadas como utópicas e inviáveis", vis-a-vis, o que se mostrou dominante. É este o caso da adoção da tese da proto-industrialização que Fontana vai desenvolver em seu livro *Introdução ao Estudo de História Geral*, publicado em 1997, e que saiu no Brasil em 2000.

Este conceito de proto-industrialização deve-se a trabalhos conduzidos no Instituto Max Planck de História, de Göttingen, na década de 1970, e liderados Peter Kriedte, entre outros. Reunindo historiadores de diversas nacionalidades, sobretudo de países que não estão entre os normalmente associados ao pioneirismo industrial — tais como italianos, alemães, poloneses, espanhóis - a assim chamada "escola da proto-industrialização" ou Escola de Göttingen terá impactos importantes em programas de pesquisa de diversos países dos quais é um exemplo o livro de Manuel Mino Grijalva, *La Protoindustria colonial hispanoamericana*. (Miño, 1993)

Um texto síntese das contribuições da *Escola de Göttingen* foi o livro publicado em 1981, pela Cambridge University Press, em tradução inglesa, que se chamou *Industrialization before Industrialization*. Organizado por Peter Kriedte, reuniu, além do trabalho de Kriedte — "The origins, the agrarian context and the conditions in the world market", os textos de: Hans Medick, "The proto-industrial family economy"; J. Schlumbohm, "Relations of production — productive forces — crises in proto—industrialization"; Franklin Mendels, "Agriculture and peasant industry in eighteenth century Flanders" e H. Kisch, "The textile industries in Silesia and Rhineland. (Kriedte, 1981) Uma bibliografia completa sobre os fundamentos conceituais e historiográficos da Escola de Göttingen encontra-se no livro *Feudalismo Tardio y Capital Mercantil*, de Peter Kriedte, em que há uma longa bibliografia crítica, das páginas 209 a 241. (Kriedte, 1985)

A proposta dos historiadores alemães suscitou controvérsias, tendo sido questionada por historiadores franceses como P. Jeannin e P. Deyon, e apoiada por historiadores italianos como C. Badia e W. Panciera. Vejam-se a respeito os trabalhos de: P. Jeannin, "La proto industrialization: développement ou impasse?" (Jeannin, 1980); Pierre Deyon, "Fécondité et limites du modèle protoindustriel" (Deyon,

1984); C. Badia, "L'industria rurale domestica in Galizia. Secoli XVIII e XIX" (Badia, 1983) e W. Panciera, "Articolizioni della produzione e livelli tecnologici delle manifatture lanine di schio nella seconda metà del XVIII secolo". (Panciera, 1985)

No Brasil essa discussão foi indutora de pesquisas significativas, como as desenvolvidas por Geraldo Beauclair em *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*, originalmente sua tese de doutoramento, publicada em 1992 (Beauclair, 1992); e no trabalho de Douglas Libby, "Novas Considerações sobre a proto-industrialização dos séculos XVIII e XIX". (Libby, 1989)

É também digno de nota o fato de que a coletânea de trabalhos organizados por Frédéric Mauro, *La Préindustrialization du Brésil* — sobre temática, para o Brasil, afim à desenvolvida pela *Escola de Göttingen*, e publicada em 1984, não tenha referência nos trabalhos dessa Escola, que, na verdade, não é sequer mencionada (Mauro, 1984). Registre-se ainda, trabalho de José de Souza Martins, "O Café a Gênese da Industrialização em São Paulo" — em que, buscando interpretação alternativa à tese clássica sobre industrialização de São Paulo, o Autor enfatiza o papel decisivo das atividades industriais situadas à margem dos grandes circuitos de trocas.

Como diz ele, "a indústria brasileira não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio de produtos coloniais, como o café, mas sim nos interstícios dessas relações, à *margem e contra* o circuito de trocas estabelecido pelos importadores (Martins, 1979, p. 106). Esta ênfase na existência de atividades industriais em pequena escala na Província de São Paulo, "não apenas na Capital, mas em quase todas as cidades do interior" (Martins, 1979, p. 114), é perspectiva, que, reconhecendo a existência de atividades industriais no campo, tema central da proto-industrialização, entende e interpreta o fenômeno a partir de categorias de análises mais próximas da contribuição marxiana.

Tudo isto sugere a necessidade de se buscar uma postura no campo da pesquisa histórica, que reconheça a centralidade da teoria em qualquer tentativa de produzir conhecimento, porque é ela, decisivamente, que vai, efetivamente, mobilizar os diversos, e legítimos, programas de pesquisa e seus resultados.

Todos quantos estudam História Econômica Geral são expostos à narrativa, que centrando-se no Ocidente e em sua porção em que o capitalismo triunfou amplamente, acaba por desconhecer tudo o mais, tudo o que não se moveu no sentido da hegemonia do capital. E de-

corrência deste procedimento que o *caso inglês*, a Revolução Industrial, seja transformado em "tipo ideal", em padrão, que será utilizado para medir o maior ou melhor grau de "racionalidade" e chances de sucesso das diversas situações concretas.

Sobre isto sejam feitas quatro observações preliminares: 1) o caso inglês não é modelo, não é caminho necessário e suficiente para o atingimento da industrialização; 2) o caso inglês é importante porque foi a matriz da primeira manifestação de constituição do "modo de produção *especificamente* capitalista", que tendeu a se impor ao resto do mundo como potência hegemônica; 3) cada processo de industrialização deve ser considerado em sua especificidade, a partir de seu contexto histórico-cultural; 4) mesmo assim, ainda que processos marcados pela singularidade, os processos da industrialização regionais e/ou nacionais são, de algum modo, interdependentes e, mais que do isto, devem ser pensados a partir das categorias gerais presentes nos conceitos de *modo de produção e de formação econômico-social*.

Esta última observação, decisiva para o argumento que se vai desenvolver aqui, significa reivindicar para os conceitos de *modo de produção e formação econômico-social* a condição de universalidade, de estruturas imanentes a cada período histórico. Cada período histórico é marcado, funda-se, em determinada configuração de relações entre o *sujeito* do trabalho, *objeto* do trabalho e os *instrumentos* do trabalho. A estes elementos, que Marx chamou de invariáveis, nas sociedades de classes impôr-se-á um quarto elemento: o *não trabalhador*, detentor do poder político e ideológico, bem como dos meios de produção. (Bahbar, 1974)

Em outro registro, Ciro F. S. Cardoso buscou precisar o sentido do conceito de forças produtivas — que abarca o sujeito, os instrumentos e o objeto do trabalho—chamando a atenção por suas diversas dimensões e significados para além de certo reducionismo tecnicista. (Cardoso, 1988)

Insista-se no ponto. A utilização dos conceitos considerados no trecho anterior não significa, de modo algum, destruir as singularidades, apagar a história, mistificar a realidade. Pelo contrário, os conceitos aqui aludidos valorizam a história em todas as suas inumeráveis manifestações. Contudo, estas manifestações tomadas em suas imediaticidades, apresentam-se como "maus-infinitos", como diriam Hegel e Marx, inapreensíveis, reduzidas a pequenos e absolutos mundos impenetráveis, incomparáveis, infensos ao conceito e à teoria. E, no entanto, estes mundos, imediatamente impenetráveis, podem

ser apreendidos pela interveniência das mediações, pelo trabalho do conceito, pela explicitação das suas diversas dimensões. Este esforço de apreensão, de reconstituição conceitual do objeto, pela identificação de sua estrutura dialética, pressupõe considerar o real como totalidades em movimento.

Em texto esclarecedor, Marcos Müller dá conta do específico do método dialético marxista pela diferenciação do método de exposição do método de investigação. Se do ponto de vista do método da investigação se está no mundo do fático, do empírico, da busca e análise das fontes, em que cada objeto impõe os caminhos para a sua apreensão, no relativo ao método de exposição o que se coloca é a necessidade de apresentação dos resultados a que se chegou a partir da forma necessária da articulação dos conceitos, que devem obedecer a um itinerário rigoroso: do abstrato ao concreto, da totalidade simples à totalidade concreta, da generalidade à particularidade tendo como termo intermediário a singularidade. (Müller, 1982)

Este procedimento dialético, a operação da lógica dialética, está particularmente bem desenvolvida em *O Capital* de Marx. Ali, o material empírico, a ampla utilização de fontes variadas, o largo uso das fontes históricas não se apresentam segundo uma lógica linear ou cronológica. Os dados empíricos, as descobertas da pesquisa são apresentadas seguindo uma ordem que, sendo lógica, é também histórica, que tendo compromisso com o empírico, não se submete à pseudoconcreticidade do mundo tal como se apresenta à consciência imediata. Superar a pseudoconcreticidade, superar o empirismo, as conexões vazias de significados, arbitrárias, significa reconhecer que o mundo só é efetivamente apreensível, e portanto transformável, quando submetido à *praxis*, à crítica sistemática das formas fetichizadas da existência, a suas manifestações imediatas e à auto consciência imediata de seus elementos constituintes. (Kosik, 1976)

O Capital é um livro complexo. É uma crítica da Economia Política, e em grande medida uma pesquisa histórica. Em sua estrutura e seus propósitos, busca compreender a estrutura e a dinâmica do capitalismo. Contudo, neste caminho não obedece à lógica da cronologia. Se assim fosse o livro deveria começar com o capítulo sobre a acumulação primitiva. Na verdade o caminho necessário da exposição, o ponto de partida de exposição, para não ser arbitrário tem que ser, ele mesmo, a totalidade. A mercadoria é o ponto de partida, na medida em que ela constitui a unidade elementar da riqueza capitalista, síntese abstrata, ainda não desdobrada, ainda não desenvolvida, do

capital, da acumulação de capital — que é a totalidade complexa, a mercadoria tornada capital por suas diversas metamorfoses. (Marx, 1968, Livro I, cap. I)

Deste modo, a História, a pesquisa histórica, a apreensão dos conteúdos de certa realidade, só podem ser racionalmente expostos, conforme mostrou Marx, mediante um procedimento que contraria de pronto o imediatismo empirista, o cronologismo. Fontana sabe disto e pratica isto em seus trabalhos.

Ao mesmo tempo ele é crítico de propostas, como a que ele identifica no Braudel de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, que não seria o resultado de uma investigação sobre a realidade histórica, mas apenas um conjunto de elucubrações teóricas. Sobre isto é possível fazer um reparo preliminar. A desqualificação do livro de Braudel como investigação historiográfica não está provada no texto de Fontana e parece decorrer, sobretudo, da extensão do objeto — a civilização material, as relações de mercado e os mercados capitalistas desde o século XV até o XVIII. Também contestável é a afirmação de Fontana de que Braudel não teria levado em conta os salários em sua obra. (Fontana, 1998, p.40). Contra esta crítica deve ser invocada, a favor de Braudel, a centralidade que a constituição do mercado de trabalho tem no segundo volume da sua trilogia.

Fontana ataca Braudel porque sua obra teria um esquema expositivo em que estaria pressuposta, posta e transformada a economia de mercado como se eterna fosse, atemporal. (Fontana, 1998, p. 210) Esta crítica, justa, é a mesma que, a partir de Robert Brenner, tem sido feita a uma longa e respeitada tradição de economistas e historiadores, com a decisiva exceção de Karl Polányi (Wood, 2001).

Fontana está certo em criticar Braudel neste ponto. Contudo, para Fontana, este vício "teoricista" não seria exclusividade de Braudel, Marx também padeceria de mal semelhante, sobretudo no referente à sua análise do processo de industrialização. De forma indireta Fontana ataca a tese de Marx, presente no capítulo XX do livro III de *O Capital*, sobre o papel do pequeno produtor independente, na eclosão da Revolução Industrial, conceito que Fontana também questiona. Diz ele:

"A fábrica permitia, por um lado, dominar e controlar melhor o trabalhador, tornando possível, por outro, eliminar a concorrência do pequeno produtor, independente ou cooperativo, que não podia adotar a tecnologia cada vez mais cara imposta pelos fabri-

cantes, os quais, ao contrário do que sustenta o mito, poucas vezes surgiram das camadas pobres; em sua maioria, procediam da burguesia, com o predomínio de banqueiros e comerciantes e uma participação menor de lojistas e artífices e camponeses acomodados." (Fontana, 2000, p. 191)

Esta idéia choca-se, claramente, com o processo analisado por Marx. Para este, o domínio do grande capital sobre a produção manufaturem, ainda que constituindo uma etapa do processo — "de per si não consegue revolucionar o velho modo de produção, que conserva e mantém como condição fundamental". (Marx, 1974, Livro III, vol. 5, p. 385)

Quanto a isto, talvez se deva inferir que a contestação de Fontana incide, exatamente, sobre a idéia "da revolução do velho modo de produção". Fontana quer fugir da tradição, que vê no caso inglês, o caso universal, e para tanto vai valorizar os "casos alternativos" — da Catalunha, de Flandres, do Languedoc, da Silésia — os casos da proto-industrialização. Esta é, inequivocamente, uma contribuição relevante, que muito enriqueceu o conhecimento sobre a realidade histórica européia. Contudo, não é disto que Marx trata em seu texto. Ele não ignorava a existência de outros caminhos de industrialização. O que ele buscou fazer foi entender como um determinado caminho, o inglês, resultou na constituição das forças produtivas capitalistas e, por conseqüência, na constituição do modo de produção capitalista, que se tornou hegemônico.

É também problemática e estreita a caracterização estabelecida por Fontana aos que "atribuem papel fundamental à tecnologia". Para ele, os que assim pensam seriam prisioneiros de um otimismo algo ingênuo — "se o progresso econômico depende da tecnologia, pode-se pensar que seria permanente, já que a capacidade do homem para o progresso técnico parece ser ilimitada". (Fontana, 2000, p. 196).

Quanto a isto cabem duas observações: 1) nem todos que estabelecem relação entre tecnologia e crescimento econômico pensam a tecnologia como processo natural; há os que, como Marx, enquadram a tecnologia num complexo conceitual, decorrente da idéia de forças produtivas; 2) de outro lado, nem todos os que reconhecem o papel da tecnologia no crescimento econômico entendem-na processo unívoco, linear, unilateral, de que só resultariam aspectos exitosos. Já em Marx, no século XIX, existem consistentes desconfianças quanto

ao caráter depredatório que poderiam assumir certas manifestações das tecnologias modernas. (Foster, 1999)

Fontana entende envelhecidos certos modelos de industrialização e desenvolvimento que teriam como referência a centralidade da produção, quando hoje predominariam o intercâmbio e a especulação. (Fontana, 2000, p. 201) Entre estes modelos não é difícil deixar de localizar o marxismo, ao menos o marxismo que continua a se basear na teoria marxista do valor. Mas, ao lado deste marxismo, digamos clássico, que talvez Fontana chame de velho, vai se postar Giovanni Arrighi que em seu livro *O Longo Século XX*, vai mostrar que a história do capitalismo tem sido marcada de um lado pela alternância de hegemonias de economias - mundo, à luz da teoria de Braudel — Wallerstein, e de outro lado pela existência de ciclos sistêmicos de acumulação, que seriam marcados, em suas fases finais, todos eles, pela hegemonia do capital financeiro, pela especulação. (Arrighi, 1996)

Assim, tomar a forma como se dá hoje a dominação financeira como significando o fim de hegemonia da produção, uma significativa ruptura com o essencial da teoria marxista do valor, para ficar apenas com os aspectos mais relevantes da questão, acreditar que o capitalismo possa funcionar, plena e sustentadamente, apenas pela expansão pletórica dos serviços e da intermediação financeira parece constituir uma aposta prestes a ser desmentida, mesmo considerando que o setor de serviços tem segmento produtivo no sentido que Marx dá ao termo.

De novo Fontana parece convocar a realidade — que parece ter deslocado a centralidade da produção — para contestar os *teóricos*, que, mais uma vez, estariam sendo traídos por seus excessivos apegos às elucubrações abstratas. Em direção contrária à tese de Fontana, sobre o fim da centralidade da produção, Robert Brenner, em *Boom e a Bolha*, editado no Brasil em 2003, nos Estados Unidos, em 2002, mostra o quanto as determinações estruturais da economia — a taxa de investimento, a capacidade instalada, a taxa de lucro — continuam decisivas na explicitação da economia contemporânea (Brenner, 2003).

A presença destes desencontros conceituais, entre autores que se reclamam, marxistas, sugere que se busque freqüentar, novamente, os textos de Marx buscando reconhecer neles o que de melhor podem oferecer, que é a capacidade de inspirarem investigações críticas rigorosamente apoiadas em base conceitual consistente. É o

que se vai fazer, a partir daqui, pelo confronto entre os conceitos de industrialização e de proto-industrialização.

Industrialização e proto-industrialização

Aprendemos com Karl Polányi, com Pierre Clastres e com Marshall Sahlins, entre outros, que a economia não é sempre nem necessariamente a economia capitalista. Estes autores mostraram em diversos trabalhos modos alternativos de conceber e praticar a produção e a reprodução social, a distribuição da riqueza, que em nada são determinados pela lógica do lucro, pela lógica dos mercados capitalistas. Estas realidades não-capitalistas teriam dominado, amplamente, a história da humanidade até o início do século XIX, quando se teria consolidado, efetivamente, a economia capitalista, que, ainda assim, não se generalizou imediatamente. (Polányi, 1980 e 1976)

Isto parece mais claro para os historiadores do que para os economistas. Há que se acautelar contra a tendência, relativamente generalizada, em ver todas as realidades econômicas, em qualquer tempo ou lugar, como estágios pré-, pró- ou pós-capitalista. Negue-se isto e reafirme-se que certas economias não são capitalistas, como mostraram Sahlins e Clastres, não porque ainda não descobriram as maravilhas desta realidade, mas porque a recusam, desenvolvendo mecanismos institucionais, que interditam a emergência de relações de desigualdades econômicas, políticas e sociais. (Sahlins, 1970, cap. 5; Castres, 1978 e 1982).

Se isto é verdade para as sociedades primitivas, pré-modernas, também o é quando consideradas certas realidades, que participando da revolução representada pela modernidade ocidental, não resultaram em efetiva constituição do modo de produção especificamente capitalista. Estes resultados, a constituição de variados "modos de produção não especificamente capitalistas", resultariam tanto de determinações internas destas realidades, que bloquearam o surgimento de relações capitalistas, quanto de determinações externas que, impondo-se a realidades periféricas sujeitaram-nas a trajetórias atrofiadas, subdesenvolvidas, com algo de anacrônico, ao mesmo tempo que estas mesmas condições, desigual e combinadamente, como disse Trotsky, inseriam-se, consistentemente, no conjunto da dominação capitalista global.

Ellen Wood mostrou, a partir de uma tese de Robert Brenner, o equívoco que é considerar que a simples presença de atividades ur-

bano-manufatureiras conferiram a estas realidades caráter capitalista. Na verdade, a história européia tem vários exemplos (as cidades, as associações e organismos criados na cidade — a própria organização municipal, guildas, corporações, confrarias, ordens religiosas etc. — de instituições que funcionaram, durante longo tempo, do ressurgimento urbano do século XI ao final do século XVIII, como estruturas bloqueadoras do poder do capital, que nascido na verdade no campo, só penetraria e dominaria a cidade com a Revolução Industrial do final do século XVIII e início do século XIX. (Wood, 2001)

Assim não se deve estabelecer uma relação imediata e unilateral entre a presença de atividade industrial e capitalismo, entendido rigorosamente — isto é, como modo de produção baseado na busca do lucro, através da exploração do trabalho assalariado, num regime de busca permanente de inovações tecnológicas e melhoramentos gerenciais. Quando Marx discutiu, em certos capítulos do livro I e no capítulo XX, do livro III, de *O Capital*, as condições da industrialização capitalista, e, neste sentido, privilegiou o caso da Inglaterra, ele não estava negando a existência de outras trajetórias, de outros processos de industrialização.

O livro I de *O Capital* tem uma explícita proposta metodológica, que o leva a buscar reconstituir a dinâmica capitalista a partir de seu nível mais abstrato, o nível do capital em geral, e mesmo o livro III, incompleto, não acolheu a análise pretendida por Marx da concorrência intercapitalista, o nível dos vários capitais. (Rosdolsky, 1972) Neste sentido, para manter o rigor da exposição, era essencial que Marx buscasse fixar as condições abstratas e genéricas de constituição das forças produtivas capitalistas, que sintetizadas na expressão *maquinofatura* teve sua forma pioneira na Inglaterra. Não era propósito de Marx estudar o processo de industrialização em sua concreticidade, em suas diversas particularidades, mas a forma que este processo assume no modo da produção especificamente capitalista.

Daí a centralidade do caso inglês, que é tomado por Marx, não para satisfazer os propósitos de um estudo da economia inglesa, mas como ilustração de um processo geral, a constituição do capitalismo como modo de produção, como conceito, que terá, em cada momento e em cada lugar, dinâmica específica. Marx, para realizar seu plano expositivo, não podia tomar o caso catalão, por exemplo, como material empírico para a construção do conceito de industrialização capitalista, pela muito forte razão de que a Catalunha, àquela época, meados do século XIX, ainda não tinha constituído uma industria-

lização especificamente capitalista. Mais ainda, poderia não fazê-lo. Ao dizer isto, está-se afirmando, sem qualquer margem para ambigüidade, que constitui um anacronismo ver qualquer processo de industrialização como necessariamente tendente ao capitalismo. Dito de outro modo, a industrialização não é atributo exclusivo do capitalismo: da mesma maneira que o capitalismo não é a única maneira de organizar a produção e a reprodução material.

A grande e decisiva contribuição de Marx, a sua inexcedível presença refere-se à sua capacidade de oferecer um quadro completo das condições de existência e funcionamento do capitalismo, tomado em sua essência, em sua generalidade. É só a partir da compreensão do que há de estrutural e genérico no capitalismo, que é possível serem entendidas as diversas manifestações concretas do capitalismo, que em cada época e lugar assumirá feições específicas.

Neste sentido, conteste-se a crítica de Fontana quando diz — "Estes seriam os critérios da visão que, coerente com uma percepção linear da trajetória humana, propôs o modelo da industrialização britânica — como o único caminho que podia conduzir, em qualquer tempo e em qualquer lugar, ao crescimento econômico moderno". (Fontana, 2000, p. 185). O modelo britânico não é o único caminho para a industrialização, mas é apenas a pioneira plena realização do controle do capital sobre as forças produtivas.

Por outro lado, Fontana também critica o que ele entende ser uma excessiva valorização do vapor e da indústria têxtil na primeira fase da industrialização, até o início do século XIX (Fontana, 2000, p. 187). Para ele, a importância do vapor seria decisiva apenas a partir da expansão das ferrovias. Ora, teses acreditadas sobre a revolução industrial, como a de Hobsbawm, por exemplo, há muito já mostraram que a Revolução Industrial, que se inicia pela revolução industrial têxtil de algodão, só se completa efetivamente com a expansão das ferrovias, a partir de 1830 (Hobsbawm, 1971). Se é assim, como entender como novidade crítica a afirmação de Fontana?

Também parece ser equívoca a crítica de Fontana aos que vêm na fábrica apenas um instrumento de aumento da produtividade, pela intensificação da divisão do trabalho. Apoiando-se em Stephen Marglin, Fontana vai criticar os economicistas. De novo, por que considerar que a fábrica não possa ter cumprido dois papéis — o de ser instrumento de aumento de produtividade e, ao mesmo tempo, de controle e coerção?

Fontana quer substituir "a antiga visão simplista que interpreta

tudo em função do progresso tecnológico" ... visão anti-histórica, diz ele, por uma outra que "completamente aberta, em que os homens têm a opção de seguir caminhos distintos e tomar decisões, optando por um ou por outro dos diversos "futuros possíveis" (Fontana, 2000, p. 191). Parece ser esta a principal motivação crítica de Fontana. Contudo, a questão é mais complexa que o que transparece da sua colocação.

Admitir que a história seja aberta, que os sujeitos têm liberdade de escolha constitui apenas um dos aspectos da questão. Ao mesmo tempo, como Marx reconheceu, esta escolha, este exercício de liberdade não se dão desimpedidos de constrangimentos, havendo, inescapavelmente, limites à ação, condicionamentos à liberdade. Isto significa dizer que existe um quadro de possibilidades e um contra-quadro de limitações, não sendo claro a priori o resultado do processo, que dependerá, fundamentalmente, da luta de classes, em cada circunstância histórica concreta. Por outro lado, insista-se em algo que a ênfase na idéia de que os sujeitos são livres acaba por minimizar: a existência da dominação de classe, o fato de que existe dominação e hegemonia política e cultural, algo que significa dizer que as condições para o pleno exercício da liberdade nunca estão asseguradas total e imediatamente.

Para retomar outro tema presente no texto de Fontana: a existência na "Terza Itália" de uma economia com base cooperativa e utilizando-se de tecnologia atualizada, e com significativa participação no mercado internacional, não pode ser explicada pela simples recorrência à idéia da liberdade de escolha daqueles trabalhadores, daquela população. Do mesmo modo, a experiência das cooperativas no País Basco espanhol não resulta apenas da vontade associativa de seus membros. Nos dois casos, que constituem alternativas à modalidade especificamente capitalista da gestão e propriedade, são decisivas a longa experiência de auto-organização e a presença decisiva, no caso italiano, de governos locais socialistas-comunistas, assim como a presença de uma longa tradição sindical classista.

Neste sentido, cabe acrescentar que, se é verdade que estas experiências podem ser generalizadas, não se perca de vista o fato básico de que a vitória destas formas não especificamente capitalistas de produção, gestão e propriedade não representa uma questão de escolha abstrata entre alternativas igualmente possíveis, mas foi o resultado de um complexo e contraditório processo de lutas sociais, cujo desenlace não está garantido, a priori, em qualquer sentido.

Resuma-se a questão. Fontana tem razão ao dizer que houve crescimento econômico anterior à industrialização com base no que tem sido chamado de proto-industrialização. Também tem razão quando diz que existiram, e existem, caminhos alternativos à industrialização capitalista. Contudo, deixa de ter razão em dois aspectos centrais: a) quando deixa de considerar que existe um conceito de industrialização que não pode ser resumido à presença de fábricas; b) quando imagina que as escolhas coletivas, que os "futuros possíveis" para os grupos humanos, são construídos pelo simples exercício da liberdade de escolha, desimpedida de constrangimentos e opacidades. Trata-se, neste sentido, de ao criticar Fontana, insistir de um lado, no indispensável papel da teoria, do conceito no trabalho do historiador, teoria sem a qual não é possível o conhecimento, teoria que ilumina a pesquisa empírica, e de outro lado, na necessidade de reconhecer a centralidade da luta de classes em todas a sua complexidade contemporânea.

Bibliografia

- Arrighi, Giovanni. *O Longo Século XX*, trad. port. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Eunesp, 1996.
- Badia, Carmona. "L'industria rurale domestica in Galizia. Secoli XVIII e XIX". *Quaderni Storici*. Abril/1983.
- Balibar, Etienne. "De la periodización a los modos de producción", in Althusser, Louis e Balibar, Etienne. *Para Leer El Capital*, trad. esp. 11ª edição. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- Beauclair, Geraldo. *Raízes da Indústria no Brasil: a pre-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora, 1992.
- Brenner, Robert. *O Boom e a Bolha*, trad. port. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Cardoso, Ciro F. S. *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, pp. 41-60.
- Clastres, Pierre. *Sociedade Contra o Estado*. 2ª edição, trad. port. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. *Arqueologia da Violência*, trad. port. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Deyon, P. "Fécondité et limites du modèle protoindustriel". *Annales - Economies - Sociétés - Civilisations*. (05) set/outobre, 1984.
- Fontana, Josep. *História: análise do passado e projeto social*, trad. port. Bauru: Edusc, 1998.
- _____. *Introdução ao Estudo da História Geral*, trad. port. Bauru: Edusc, 2000.
- Foster, John Bellamy. "Marx e o meio ambiente", in Wood, Ellen Jr. e Foster, John Bellamy (orgs.) - *Em Defesa da História*, trad. port. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

- Gerschenkron, Alexander. *El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica*, trad. esp. Barcelona: Anel, 1968.
- Hobsbawm, Eric. *En Torno a los Orígenes de la Revolución Industrial*, trad. esp. 2- edição. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- Huizinga, Johan. *El Concepto de la Historia*. 2ª edição, trad. esp. México: FCE, 1980.
- Iglésias, Francisco. "Artesanato, Manufatura e Indústria (Nota Conceitual Tentativa de Aplicação no Brasil)" - Separata do III *Simpósio dos Professores Universitários de História* (Franca). São Paulo, 1967.
- Jeannin, P. La protoindustrialization: développement ou impasse". *Annales Economies - Sociétés - Civilizations* (1) jan/février, 1980.
- Kisch, H. "The textile industries in Silesia and the Rhineland" in Kriedte, Peter (org.). *Industrialization before Industrialization*, trad. inglesa. Cambridge University Press, 1981.
- Kosik, Karel. *Dialética do Concreto*. 2ª edição, trad. port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Kriedte, Peter (org.). *Industrialization before Industrialization*. Trad. inglesa. Cambridge University Press, 1981.
- . *Feudalismo Tardio y Capital Mercantil*, trad. esp. 3ª edição. Barcelona: Editorial Crítica, 1985.
- Libby, Douglas Cole. "Novas Considerações sobre a Proto-industrialização Mineira dos Séculos XVIII e XIX". *Revista do Departamento de História*, UFMG, nº 9. Belo Horizonte, 1989.
- Martins, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- Marx, Karl. *O Capital*, livro I, vol. 1, trad. port. Rio de Janeiro, 1968.
- . *O Capital*, livro III, vol. 5., trad. port. Rio de Janeiro, 1914.
- Mauro, Frédéric. "Da história seriada ou estatística à história freqüencial ou estrutural: o caso do Brasil" in *Revista Brasileira de Economia*, vol. 26, nº3, julho/set, 1972.
- . *La Préindustrialization du Brésil*. Paris: CNRS, 1984.
- Medick, Hans. "The proto-industrial family economy" in Kriedte (org.) *Industrialization before Industrialization*, op. cit.
- Mendels, Franklin. "Agriculture and peasant industry in eighteenth century Flanders", in Kriedte, Peter (org.), op. cit.
- Mino Grijalva, Manuel. *La Protoindustria Colonial Latinoamericana*. México: FCE, 1993.
- Müller, Marcos. "Exposição e Método Dialético in *O Capital*". *Boletim SEAF nº 2*, Belo Horizonte, 1982.
- Pancieri ANCIERA, W. "Articolazioni della produzione e livelli tecnologici delle manifatture lanieri di schio nella seconda metà del XVIII secolo". *Quaderni Storici*. Agosto/1985.
- Polányi, Karl e outros. *Comércio y Mercado em los Imperios Antiguos*, trad. esp. Barcelona: Labor, 1976.
- Polányi, Karl. *A Grande Transformação*, trad. port. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- Rosdolsky, Roman. "La Significación de "El Capital para la investigación marxista

- contemporânea" in Fay, Victor (org.). *Leyendo El Capital*, trad. esp. Madrid: Fundamentos, 1942.
- Sahlins, Marshall. *Sociedades Tribais*, trad. port. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- Sereni, Emílio. *Capitalismo y Mercado Nacional*, trad. esp. Barcelona: Crítica, 1980.
- SchlumbohnJ. "Relations of production - productive forces - crises in proto-industrialization", in Kriedte, Peter (org.), op. cit.
- Wood, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*, trad. port. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.